

A potência mediadora do testemunho

MARTA R. MAIA

*Universidade Federal de Ouro Preto
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
(PPGCOM)
Brasil
martamaia@ufop.edu.br*

DAYANE DO C. BARRETOS

*Doutora
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil
dayanebarretos@gmail.com*



jornalismo recebe muitas críticas por aquilo que produz e também por aquilo que não faz. Isso significa que a prática jornalística é heterogênea e plural, não comportando perspectivas simplistas e unilaterais. As tensões proporcionadas pelas práticas, e ainda pelas ausências, contribuem para trazer à tona coberturas que extrapolam um *modus operandi* conservador, machista, racista e reacionário que ainda tem espaço na chamada imprensa de referência ou hegemônica.

Consideramos, portanto, que existem várias maneiras de falar sobre a realidade; no caso desse trabalho, optamos por analisar uma cobertura feita por novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia (Fígaro, 2018) durante o período da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Iremos refletir sobre o lugar que esse jornalismo ocupa nesse cenário tão conturbado, evidenciando as especificidades do problema público da violência contra a mulher, tornando possível entendê-lo em sua dimensão sistêmica e não apenas como casos isolados de violência. Que tipo de testemunho ele pode proporcionar ao evidenciar uma realidade historicamente problemática em especial para as mulheres negras e da periferia?

Os dados mostram que a violência contra a mulher é estrutural, ou seja, há oscilações quanto aos números, mas a permanência pode ser atestada de maneira

**Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo**

Marta Maia, Dayane Barretos « A potência mediadora do testemunho na configuração dos relatos jornalísticos sobre a violência contra mulheres na série. Um vírus e duas guerra », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 11, n°2 - 2022, 15 décembre - december 15 - 15 de dezembro. URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v11.n2.2022.491>



sistematizada, em especial, a partir da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, de 2006, que classificou a violência doméstica em seus aspectos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais e morais. Essa Lei contribuiu para a existência de espaços específicos de atendimento e proteção à mulher no Brasil. Outra lei que ajudou a evidenciar essa situação de violência contra as mulheres foi a 13.104, a Lei do feminicídio, implementada em 2015 e que define como feminicídio os assassinatos de mulheres pela própria condição de gênero. Desse modo, a lei do feminicídio não apenas qualifica o crime, o que ocasiona o aumento da pena, mas também auxilia na produção de dados acerca desses assassinatos.

É pertinente destacar que, em uma sociedade patriarcal, a relação de poder entre homens e mulheres é assimétrica. Algumas vezes trata-se de um poder simbólico, uma vez que o seu papel privilegiado na sociedade e na família se sedimentou na cultura ao longo de milênios, mas há também o poder financeiro, quando o parceiro é também o único provedor da casa. Importante salientar que esse poder, muitas vezes, é de tal ordem entronizado no cotidiano que a mulher tem dificuldades para discerni-lo e até mesmo combatê-lo. Nesse sentido, a sociedade patriarcal contribui para que a violência contra as mulheres seja estrutural e não simplesmente individual. Compreender a violência contra mulheres em sua dimensão sistemática, ampla, repleta de nuances, localizada muitas vezes em contextos de proximidade com o agressor, pode contribuir para a superação da noção reducionista dessa violência que nos é apresentada de forma episódica nos noticiários. Compreendemos que a violência contra a mulher se caracteriza como um problema público, visto que isso acontece, segundo a pesquisadora França, quando “alguns acontecimentos são revistos sob um registro específico, que lhes atribui um alcance societal [...] mais do que apenas dotados de interesse para o público, adquirem uma natureza de interesse público, pois que reveladores de uma situação problemática” (2011, p. 68)

Se consideramos que os meios de comunicação representam um dos operadores responsáveis pela evidenciação de um problema público (Neveu, 1999) é porque o jornalismo e, especialmente, os jornalistas, realizam um papel mediador, entre o fenômeno da violência contra a mulher e a agenda pública. Se, por um lado, os meios de comunicação hegemônicos se encontram entre os mecanismos de disseminação de valores machistas e patriarcais (embora haja fissuras, divergências e produções alternativas), por outro, é com os novos arranjos produtivos comunicacionais que outras traduções do real aparecem, trazendo abordagens diferenciadas, questionando referências, ouvindo outras vozes (fontes), em especial, de outras classes sociais. Nesse sentido, trazemos à tona a cobertura da série de reportagens *Um vírus e duas guerras*, produzida a partir de uma espécie de consórcio, for-

mado por cinco mídias independentes parceiras no primeiro quadrimestre de 2020: *Amazônia Real*, *Agência Eco Nordeste*, *#Colabora*, *Portal Catarinas* e *Ponte Jornalismo* e ampliada com mais dois veículos a partir do segundo quadrimestre: *AzMina* e *Marco Zero Conteúdo*. A série fez o levantamento de dados sobre a violência contra as mulheres, em 2020, com atenção especial aos casos de feminicídio, no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Todos os veículos são financiados, principalmente, por doações dos próprios leitores e organizações internacionais, além de não buscarem fins lucrativos, com o objetivo de garantir a independência necessária para a prática jornalística. De acordo com Fígaro (2018), esses novos arranjos econômicos surgem como alternativas às corporações de mídia por meio de outra forma de organização do trabalho, com conteúdo digital e redes sociais como elementos centrais nesse processo, o que diminui os custos de produção. Esse modelo de negócio tem sido adotado por iniciativas jornalísticas em todo o país que surgiram nos últimos anos, viabilizando os novos arranjos utilizados por essas agências, organizações, projetos e portais, muito pautados por Direitos Humanos e Sustentabilidade (ambiental, econômica e social).

A agência *Amazônia Real* também possui parceria com instituições filantrópicas e com empresas privadas, desde que possuam responsabilidade socioambiental com a Floresta Amazônica e com os povos indígenas e tradicionais. A *Eco Nordeste* cita em seu site que conta também com financiamento via editais. Ambas possuem ainda um olhar voltado às especificidades e emergências das regiões em que atuam. A *Ponte Jornalismo* tem como foco a questão da violência, em especial a que atinge pessoas marginalizadas pelas opressões de classe, raça e gênero. O *#Colabora*, como o próprio nome evidencia, é um projeto jornalístico colaborativo voltado para a sustentabilidade, a partir de uma visão ampliada. Nessa mesma perspectiva, a organização *Marco Zero Conteúdo* trabalha com pautas investigativas relacionadas aos direitos humanos. Também vale ressaltar que a *Eco Nordeste*, o *Portal Catarinas* e a *Revista AzMina* foram fundadas por mulheres e possuem equipes exclusivamente femininas. Além disso, focam em coberturas e reportagens com recorte de gênero e abordagem feminista.

Para conseguirmos analisar de maneira adequada o material da série, consideramos importante, antes, refletir sobre o patriarcado, suas relações de poder e os valores que permeiam a sociedade brasileira, principalmente a partir da denúncia apresentada em alguns estudos decoloniais. Após essa discussão, faremos um movimento em direção ao lugar do “texto testemunhal” no jornalismo como eixo principal de discussão das matérias que abordam a violência contra mulheres

e, ainda, questionamos de que maneira as narrativas dos novos arranjos produtivos conseguem romper com formas de narrar que reproduzem padrões machistas e heteronormativos ainda tão fortemente influentes na sociedade brasileira. Compreendemos a potência do aspecto testemunhal nas produções sobre violência como um importante gesto interpretativo que permite que um episódio temporalmente localizado de violência se insira em um *continuum* de permanências e rupturas. E é exatamente esse *continuum* que configura a dimensão estrutural da violência de gênero. Nessa perspectiva, compreendemos que o testemunho midiático amplia a noção de testemunho no jornalismo ao envolver produtores e receptores em uma experiência comunicacional que garante outros tipos de acesso ao que está sendo noticiado. Consideramos ainda que é possível complementar os dados e informações disponíveis com os testemunhos de quem convive e/ou conviveu com a violência de forma direta ou indireta, garantindo, assim, a identificação das recorrências e dos ciclos que se repetem, o que pode contribuir para fomentar a discussão sobre políticas públicas de prevenção à violência contra as mulheres no Brasil.

DESATANDO NÓS: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Os estudos decoloniais apoiam-se na crítica a uma episteme eurocêntrica, que busca manter seu paradigma de poder sobre vidas consideradas subalternizadas, mesmo passados alguns séculos do fim do sistema colonial (Quijano, 2005). Conforme compreende Quijano (2005), a colonialidade é uma estratégia da modernidade que dá sustentação ao modelo capitalista hegemônico.

Lugones (2008) parte dessa compreensão de “colonialidade do poder”, proposta pelo autor, e avança propondo uma reflexão acerca do gênero nesse âmbito. Sua proposta é que o dimorfismo biológico, a dicotomia de gênero homem/mulher e a heteronormatividade devem ser repensados a partir de uma matriz decolonial, que permite investigar a forma com que eles se configuraram no interior de uma lógica dualista de produção de saberes. Ou seja, o que se estabeleceu como parâmetro de normalidade e neutralidade, produzindo, conseqüentemente, o diferente-interior, está intimamente vinculado a um projeto de poder de ordem colonial, que permanece e se fortalece com o capitalismo neoliberal.

Nesse sentido, é necessário escapar de concepções que apresentam uma compreensão universal sobre o mundo, a sociedade e os sujeitos, afinal “problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre o dimorfismo biológico e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade e as características do sistema de gênero colonial mo-

derno” (Lugones, 2008, 93, tradução nossa). Assim, é possível compreender que as relações de gênero que naturalizamos são construções e, portanto, devem ser questionadas para que seja possível desconstruí-las.

Em texto mais recente, Lugones enfatiza que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (2014, p. 935). E convida a enxergar que houve uma internalização da dicotomia homens/mulheres no processo de construção da norma social que definiu a civilização, a cidadania e o pertencimento à sociedade civil, processo que é renovado constantemente. A autora então conceitua o que chama de colonialidade de gênero como “exercícios de poder concretos, intrinsecamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário.” (Lugones, 2014, p. 948).

Ao fazer a crítica decolonial, Lugones ressalta a complexidade advinda das relações entre gênero, raça e classe na América Latina, em especial, por conta de seu passado colonial. No entanto, ao evidenciar que não há nem universalidade, nem neutralidade no que se naturalizou como gênero na sociedade, a autora permite o questionamento da norma vigente a partir de uma outra ótica, elucidando ainda a necessidade de ações que levem em consideração a vinculação de processos micro, do cotidiano, com o macro, das estruturas e instituições.

Sendo assim, realizar uma nova abordagem da realidade significa romper com a visão dualista que ainda predomina na sociedade, que não consegue enxergar a complexidade das relações, como nos adverte Saffioti (2001):

Certamente, a maior contribuição de interpe-lações de certas correntes do feminismo ou a maior contribuição de corrente expressiva do feminismo tem sido o ataque às análises dualistas, tão marcantes na ciência dos homens. Mais do que isto, esta contribuição epistemológica tem provocado fissuras neste edifício tão antigo, ou seja, a ciência oficial, abrindo caminho para um novo tipo de conhecimento, cujo objeto é a sociedade em sua inteireza, com tudo que ela contém: contradições, desigualdades, iniquidades. (p. 134)

O dualismo de que trata a autora diz respeito principalmente à ideia de que as estruturas econômicas estariam apartadas das relações interpessoais, pensamento que contribui para o apagamento da importância de se discutir a violência contra a mulher, uma vez que a violência implicada seria de caráter interpessoal.

Tal compreensão evidencia que não há uma separação entre um plano micro e um plano macro, sendo que ambos seriam processos que formam as duas faces do processo social (Saffioti, 2004). A inquietação de Saffioti (2004), portanto, aponta para a necessidade de enxergar o fenômeno em sua complexidade social, de forma interseccional.

Ao abordar gênero, patriarcado e violência, Saffioti (2004) defende que a violência contra as mulheres não deve ser conceituada apenas como uma ruptura com a integridade da vítima, seja ela física, psíquica, sexual ou moral, mas uma violação de direitos humanos, concepção adotada em sua análise. Como patriarcado entende-se a hierarquização dos papéis sociais de gênero em que os homens detêm o poder e, por isso, recebem tolerância da sociedade para punir o que se apresenta como desvio da conduta esperada (Saffioti, 2001). O poder do homem é legitimado socialmente e é mascarado sob a insígnia da neutralidade, não se limitando, portanto, às relações entre homens e mulheres, mas se espraiando para todas as estruturas sociais. “Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (Saffioti, 2001, p. 119). Isso porque o poder patriarcal impregna as esferas da vida social e torna-se uma expressão política. Em certa medida, isso contribui para a aceitação de justificativas do agressor, no que se refere aos motivos para as agressões, tendo em vista que sua posição social privilegiada o transforma em uma espécie de guardião dos valores sociais para a manutenção da estrutura patriarcal vigente.

Para Saffioti (2004) as três contradições gênero-racismo-capitalismo estão enlaçadas em um nó. A figura do nó serve para elucidar que não há uma soma, ou uma sobreposição simples entre as formas de exploração-dominância. O nó frouxo permite certa mobilidade de cada contradição, mas não permite que cada um aja de forma completamente isolada e livre, passando a apresentar uma outra lógica, própria do nó. Assim, uma análise das relações de gênero deve abarcar as relações de raça e classe.

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (Saffioti, 2004, p. 115)

Essa relação assimétrica é sustentada por um projeto de dominação-exploração das mulheres pelo pa-

triarcado (Saffioti, 2004), o que faz com que as violências cometidas por homens participem desse contexto, enquanto aquelas cometidas por mulheres contra homens não se localizem nessa dimensão. Nesse sentido, a violência contra as mulheres é fundamentalmente estrutural, ainda que se apresente como física e/ou psicológica, uma vez que o intuito é a manutenção e a reafirmação do poder masculino patriarcal.

Dentro dessa lógica, o jornalismo parece exercer uma função fundamental quando consegue promover a relação entre casos específicos relatados e a realidade compartilhada de violência cometida contra as mulheres. Nosso argumento é o de que quando o jornalismo se aproxima da realidade vivenciada pelas vítimas, fortalecendo uma dimensão testemunhal, além de trazer elementos históricos que ajudam a contextualizar o problema e contribuir para a produção de políticas públicas futuras, consegue complexificar os relatos e ir além de uma cobertura dicotômica dos fenômenos que se limita a apresentar uma vítima e um algoz em um exercício simplista de descrição das violências somente por meio de dados e estatísticas, e com uma abordagem meramente individual do problema. O testemunho cumpre, portanto, um papel central no que se refere a um movimento questionador, tão potente quando realizado por meio de uma prática jornalística responsável.

NARRATIVA TESTEMUNHAL DOS NOVOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Concordamos com Frosh (2009), quando ele argumenta que o ato de testemunhar não representa um fenômeno novo, afinal, “o advento e a expansão desses meios [de comunicação] parece ter aumentado substancialmente, se não transformado, o que significa testemunhar”¹ (p. 50, tradução nossa). Se o testemunho está presente em outras esferas da vida social como nas atividades do direito e da história, é no jornalismo que ele encontra sua trajetória histórica bem definida. A noção de testemunha ocular da história acompanha o jornalismo há muito tempo. Entretanto, dada a multiplicação dos dispositivos eletrônicos, a noção de presença física do jornalista passa por alterações. Já que os profissionais da comunicação não podem estar em todos os lugares, os depoimentos das pessoas são fundamentais para a produção das matérias, assim como, quando possível, o próprio testemunho dos jornalistas. De todo modo, esse processo narrativo só tem sentido quando acontece a ressignificação do material pelo leitor.

Frosh e Pinchevski (2009) argumentam que um acontecimento, no século XXI, representa uma guinada nos estudos sobre testemunhos: o 11 de setembro

de 2001, nos Estados Unidos. Eles argumentam que um acontecimento como esse “não pode não produzir testemunhas”² (p. 8, tradução nossa). Ocorre, portanto, uma proliferação de informações dos mais variados tipos, com uma forte participação dos testemunhos, desde aqueles que estavam presentes no acontecimento, assim como os sobreviventes, a própria mídia testemunhando, além daqueles que estavam assistindo e acompanhando a cobertura da tragédia.

Observamos então como a expansão dos meios e suportes comunicacionais amplia a noção do testemunho midiático, que pode ser realizado de três maneiras, “na”, “pela” e “através” da mídia, segundo os autores. Ou seja, no “aparecimento de testemunhas em reportagens da mídia, a possibilidade da mídia testemunhando, e o posicionamento do público da mídia como testemunhas de eventos representados”³ (p. 1, tradução nossa).

Importante ainda levar em consideração que o jornalismo, na atualidade, representa um papel crítico tanto em relação a configuração da lembrança pública como de seu esquecimento (Reading, 2014). De todo modo, o advento da digitalização contribuiu em demasia para a ampliação desse cenário, pois o material disponibilizado, que antes só podia ser acessado por meio de arquivos físicos, agora pode ser acessado de maneira bem mais ágil. Dessa forma, é possível considerar o que a autora chama de “testemunho midiático” como uma das instâncias emergenciais de monitoramento da violência contra as mulheres em tempo real.

Seguindo a perspectiva adotada por Frosh (2009), compreendemos o testemunho em sua dimensão textual e material, que se organiza em um circuito comunicacional interativo, que extrapola a sua própria dimensão, criando espaços possíveis de experiências a partir do que está sendo narrativizado. Os sujeitos estão presentes, portanto, por meio dos relatos veiculados, como indica Frosh: “É o texto testemunhal que cria a presença no evento e que produz experiência a partir do discurso”⁴ (2009, p. 60, tradução das autoras)

Ao trabalharmos o “texto testemunhal” como eixo operador da narrativa jornalística, consideramos que os acontecimentos relacionados à violência, mote do *corpus* desse trabalho, trazem um problema complexo ao processo de produção das matérias, em especial em um período de isolamento social, tanto pela dificuldade de obtenção de dados dos órgãos públicos quanto pela relação entre fontes e jornalistas dada a condição de visibilidade que o ocorrido possa vir a adquirir, a partir de situações tão traumáticas. Como complicador adicional, ao narrar o fenômeno da violência na medida em que ele ocorre, buscando evidenciar sua relação com uma emergência tão específica

como é o caso da pandemia, não há um distanciamento no tempo que permita elaborar melhor o contexto. O risco aqui, que não se efetiva nas produções analisadas, é cair nas armadilhas de uma abordagem presentista, que se limita a descrever os casos de violência de forma descontextualizada e descolada de toda historicidade que faz com que a violência de gênero tenha contornos tão específicos e, exatamente por isso, demande um enfrentamento de ordem mais sistêmica. Sendo assim, uma das contribuições dessas produções é justamente nos permitir enxergar as possibilidades de uma abordagem mais complexa no que se refere ao tempo, principalmente no caso de uma cobertura tão temporalmente demarcada como essa.

Com o modelo de empresa jornalística tradicional enfrentando sérios problemas financeiros, como mostra a redução do número de jornalistas contratados, bem como dos salários e direitos trabalhistas, (Figaro, 2018), muitos jornalistas, de maneira individual ou coletiva, têm se dedicado aos chamados veículos independentes ou alternativos. Entretanto, um dos grandes problemas desses meios é a questão do financiamento, o que dificulta, por exemplo, coberturas de caráter geográfico mais ampliado, visto a dimensão continental de nosso país, além da dificuldade da diversidade de fontes. Ao se unirem com o propósito de fazer um levantamento nacional, com uma abordagem feminista e decolonial, os sete veículos dessa série, conseguem transformar o problema da violência contra a mulher em uma questão de debate público e fomentar o debate sobre como acontece a intervenção do Estado nessa questão (Neveu, 1999).

Como o *corpus* é muito extenso, optamos por trabalhar com as matérias que trazem testemunhos que evidenciam situações que não poderiam ser apresentadas somente pelas estatísticas e pelos dados públicos. Uma visada geral das matérias nos revela que a maioria das fontes é composta por mulheres (mesmo que algumas sem identificação por conta de possíveis desdobramentos), inclusive as chamadas fontes institucionais; as matérias foram escritas por mulheres (com apenas uma exceção) e trazem questões problemáticas que não apareceriam somente com os dados públicos disponíveis. Essas questões são muito relevantes, visto que em estudo específico sobre matérias relacionadas à violência contra a mulher, publicadas em veículos tradicionais e populares, pesquisadores da UFMG constataram que o material analisado dedicou mais espaço para falar sobre os agressores do que sobre as vítimas: “temos o apagamento da existência das vítimas, que no caso dos assassinatos, representam o que podemos compreender como uma ‘segunda morte’, agora decretada pela cobertura jornalística” (Antunes, Carvalho & Leal, 2020, p. 31). A série de reportagens aqui analisadas, no entanto, segue justamente em direção contrária.

Ao todo, foram produzidas 42 reportagens durante o monitoramento dos dois quadrimestres em 2020. As 15 primeiras são resultado do primeiro quadrimestre e foram publicadas em junho, já as outras 27 abordam o segundo quadrimestre e foram lançadas em outubro. As indicações de todas as reportagens, assim como uma análise mais detida sobre a realidade investigada e a sistematização dos dados, estão disponíveis no relatório *Um Vírus, Duas Guerras: soluções e boas práticas na coleta e divulgação de dados sobre violência contra a mulher na pandemia* (2020), produzido por Jamile Santana. Foi esse relatório que serviu de base para a coleta realizada, mas mais do que isso, ele se constitui como uma importante ferramenta para os próprios jornalistas, já que apresenta soluções e boas práticas para coberturas de violência, além de denunciar a dificuldade em se conseguir dados oficiais dos estados. Desse modo, vemos que um monitoramento jornalístico amplo como esse, de um importante e delicado problema público, pode também auxiliar na reconfiguração da própria prática jornalística.

Segundo apresenta o relatório, todas as editoras principais que fizeram parte do projeto, cada uma em seu veículo, são mulheres, assim como a maioria das repórteres (são, ao todo, 16 mulheres e um homem trans), como já apontado anteriormente. Além disso, para garantir uma cobertura nacional na apuração dos dados, cada veículo ficou responsável por uma região do país. Essa distribuição ocorreu do seguinte modo:

- *Amazônia Real*: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins;
- *Agência Eco Nordeste*: Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe;
- *Marco Zero Conteúdo*: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas;
- *AzMina*: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul;
- *#Colabora*: Rio de Janeiro, Espírito Santo;
- *Portal Catarinas*: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul;
- *Ponte Jornalismo*: São Paulo, Minas Gerais.

O relatório também destaca que houve um aumento em 34% no número de denúncias pelo Ligue 180 entre março e abril de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019. Outra conclusão do levantamento é que mesmo que tenha ocorrido uma diminuição no número de casos de violência doméstica notificados, especialistas afirmam que isso não significa que houve realmente uma diminuição nesses crimes, mas um aumento da subnotificação, visto que em muitos casos, a vítima teria dificuldade para denunciar, tendo que conviver no mesmo espaço que o agressor, caso não conseguisse outro lugar para ficar⁵. Soma-se a isso, a falta de dados de alguns estados que não enviaram informações como Paraná e Sergipe.

Por fim, ainda como uma questão mais geral sobre o tema, a série de reportagens aponta que a falta de dados pode prejudicar a produção de políticas públicas mais efetivas nesta área, além de dificultar a compreensão, por parte de toda sociedade, sobre a própria realidade em que vive. É preciso ressaltar ainda que foi verificada uma discrepância na maneira como os dados são apresentados, o que, por um lado, pode dificultar a escrita de matérias com informações mais detalhadas, mas, por outro, pode, de certa forma, ser complementada com os testemunhos de todas (e todos) envolvidas nessa cobertura.

A CENTRALIDADE DOS TESTEMUNHOS NAS REPORTAGENS

Para a discussão proposta, realizamos uma leitura de todas as reportagens em busca de relatos testemunhais, principalmente de vítimas e familiares, que nos auxiliassem na compreensão dos modos com que os testemunhos são abordados e qual o papel que cumprem nessas narrativas. Das 42 reportagens lidas, selecionamos 13 para uma reflexão mais detida. A escolha se deu a partir da centralidade do testemunho nas produções, sendo assim, selecionamos aquelas em que os relatos possuíam uma maior importância para a narrativa produzida. Houve também a preocupação em contemplar todas as regiões monitoradas, a fim de que o recorte fosse representativo da própria cobertura em nível nacional.

Nos testemunhos das matérias escolhidas, há uma grande variedade de vozes: as próprias vítimas, profissionais de órgãos de proteção à mulher, profissionais de segurança pública, advogadas, jornalistas. Desse modo, os testemunhos cumprem diferentes papéis nas reportagens, desde fornecer detalhes sobre as violências sofridas (não apenas de forma episódica, mas também cíclica e escalonada), nos relatos das vítimas, até problematizar a realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras de forma mais ampla, pelas falas de profissionais que lidam com casos semelhantes diariamente e pelo próprio depoimento de uma das jornalistas. No quadro a seguir, apresentamos os títulos, os veículos, as jornalistas e a região das matérias escolhidas para a reflexão.

Partimos do pressuposto de que produções que abordam violências sistêmicas, como é o caso da violência contra as mulheres, não podem se limitar a apresentar dados estatísticos e falas institucionais. A complexidade dos casos demanda uma análise mais detida, que questione esses mesmos dados e falas, que apresente a versão das vítimas sobreviventes e das pessoas diretamente envolvidas. Assim, mais do que cumprir a função de fornecer uma credibilidade às matérias, os

Reportagem	Mídia	Jornalista	Região
Mato Grosso tem alta de feminicídios na quarentena	Amazônia Real	Juliana Arini	Centro-oeste
Pará é líder em feminicídios durante o isolamento da pandemia	Agência Eco Nordeste	Roberta Brandão	Norte
Feminicídios aumentam no nordeste durante a pandemia	Amazônia Real	Maristela Crispim	Nordeste
Nas favelas do Rio de Janeiro violência doméstica é silenciada.	#Colabora	Liana Melo	Sudeste
“Na pandemia, a mulher está em casa à disposição do agressor”, diz feminista do Amazonas	Amazônia Real	Kátia Brasil e Nicolý Ambrósio	Norte
“Me vi dormindo com um monstro”, relata vítima de violência doméstica ameaçada com álcool em gel	#Colabora/Ponte Jornalismo	Liana Melo	Sudeste
A liberdade que chegou com a pandemia no Piauí.	Agência Eco Nordeste	Yara Peres	Nordeste
Defensoras também são alvo no Maranhão e no Piauí.	Agência Eco Nordeste	Yara Peres	Nordeste
Um vírus e duas guerras: SC registra um feminicídio por semana na pandemia.	Portal Catarinas	Juliana Rabelo	Sul
Flexibilização, mulheres voltam a denunciar agressores no Tocantins.	Amazônia Real	Maria Fernanda Ribeiro	Norte
Atendimento por Whatsapp mudou perfil de vítimas.	Marco Zero	Joana Suarez	Nordeste
Misoginia, transfobia e falta de dados: a equação do transfeminicídio.	Ponte Jornalismo	Caê Vasconcelos e Maria Teresa Cruz	Sudeste
Dificuldade de se desligar do agressor no Ceará.	Agência Eco Nordeste	Rose Serafim	Nordeste

Quadro 1: Título, veículo e jornalista de cada reportagem. *Elaboração própria.*

relatos constituem o próprio fenômeno da violência, além de escancarar ainda mais a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento desse problema.

Enquanto dados numéricos apresentam uma realidade sem rosto, embora sejam fundamentais para que se possa fazer uma radiografia da situação de violência como já citado, os testemunhos permitem a transposição das histórias para o mundo da vida, da experiência, propiciando uma identificação, um maior reconhecimento. Observamos que os relatos das vítimas, seus familiares e profissionais envolvidos nos casos exercem principalmente a função de evidenciar a recorrência nas narrativas, tornando possível perceber que há um certo padrão nesses crimes. Tal recorrência é o que permite que casos individuais relatados se tornem um problema socialmente compartilhado, agregando assim uma dimensão sistêmica e estrutural aos acontecimentos, com nítida indicação de que a cobertura

jornalística assume, nessas matérias, traços feministas e decoloniais.

O próprio ciclo da violência, citado por Saffioti (2004) e utilizado no âmbito da Segurança Pública para caracterizar os casos de violência contra as mulheres, está presente em várias descrições. No trecho que selecionamos, o relato de Juliane⁶ mostra que a agressão pode estar intimamente ligada à relação assimétrica de poder na relação, reforçada pela ideia de que ao se casar, a mulher passa a ser propriedade do marido.

“Na lua de mel, ele me chamou para conversar e disse: ‘agora você é minha propriedade, eu mando em você e você tem que me obedecer’. Eu aleguei que nós combinamos que eu iria estudar, ia para a academia. Ele disse: ‘esquece tudo isso’. Cinco meses depois, ele ficou desempregado, começou a usar drogas, quebrava

ou vendia minhas coisas. Eu achava que, por ser meu marido, eu tinha que aceitar. Minha sogra me dizia isso” (Serafim, 2020).

O trecho também evidencia a relação entre a violência sofrida e uma mentalidade machista que se mantém historicamente. Uma espécie de choque entre uma compreensão que soa tão conservadora e algo que tomamos muitas vezes como superado, quando pensamos em casamento hoje. Esse depoimento, entre muitos outros que acessamos, consegue nos aproximar da narrativa e nos colocar também na condição de testemunhas, não de toda a situação, visto que o jornalismo não consegue dar conta da realidade em sua completude, mas por meio de vestígios e indícios que nos permitem entrar em contato e, de certa forma, experimentar essa história.

As profissionais que acompanham os casos, advogadas, psicólogas, promotoras, delegadas, entre outras, também apresentam dados importantes da sua leitura acerca dessa realidade. Flávia Brasil, coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), nos oferece uma leitura importante para a compreensão das interseccionalidades envolvidas na violência contra a mulher no Rio de Janeiro. Ela conta que “embora a Lei Maria da Penha tenha muito sucesso na redução do índice de violência contra a mulher, quando fazemos a separação por raça e cor, percebemos que racismo e sexismo andam de mãos dadas” (Melo, 2020). Além disso, a própria existência de poderes paralelos nas favelas, do tráfico e das milícias, atrelado à desconfiança com relação à própria polícia, acabam desestimulando as denúncias, aspecto que é apontado pela jornalista da matéria e que demonstra a complexidade desses casos em contextos específicos no país, algo que uma leitura centrada apenas em dados objetivos não consegue contemplar.

Os testemunhos também evidenciam outras singularidades do contexto brasileiro, que não transparecem nos dados. Um exemplo é a religiosidade e a força da concepção de família tradicional, que se torna um empecilho para as mulheres violentadas saírem de casa e seguirem com a denúncia ou o divórcio. Tal característica chama atenção para a necessidade de um olhar atento às emergências próprias do nosso país, que dão contornos muito específicos ao problema da violência de gênero. Algo que está em consonância com as inquietações apontados nos estudos decoloniais que abordamos nesse trabalho.

Rosa vem de uma família evangélica. Isso atrapalhou bastante a separação dela do agressor e que ela entendesse seu direito de viver sem violência. Margô precisou conversar várias vezes pelo telefone no viva voz com os pais de Rosa

para explicar que ela estava certa em deixar o marido, que eles precisavam ajudá-la. Os pais diziam que o agressor ia melhorar, mesmo sem nem pagar pensão. “Ela não queria desagradá-los e pediu ao pastor da igreja para conversar e eles ‘autorizaram’ a medida protetiva”, narrou a advogada (Suarez, 2020).

A dimensão interseccional, também aparece nos relatos de vítimas. Se sobressaindo quando a reportagem informa que as mulheres negras são as principais vítimas de violência doméstica. Tal questão está presente em falas de especialistas e também das próprias vítimas.

Para a presidente do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso, Antonieta Luísa Costa, conhecida como Nieta, a pandemia desencadeia faces ainda não reconhecidas como violência contra a mulher. “A Covid-19 desmascara o Brasil e como esse estado trata suas mulheres. Expõe a falta de política pública e a vulnerabilidade da mulher, principalmente das negras e pobres”, diz. (Suarez, 2020).

Já no que se refere à dimensão de classe, vemos a dependência financeira do companheiro ser apontada como um importante dificultador das denúncias, impossibilitando a saída de casa e se tornando um empecilho ainda maior quando há filhos envolvidos. Como conta Danissa: “eu tinha muito medo de tomar atitude e aguardei muita coisa por causa dos filhos e porque era financeiramente dependente dele. As mulheres têm que entender que devem denunciar na primeira levatada de mão porque será daí para pior” (Crispim, 2020).

As especificidades das violências sofridas por mulheres com orientação sexual e identidade de gênero dissidentes da normatividade heterossexual e cisgênero, como é o caso das mulheres trans e das mulheres lésbicas, está presente pontualmente em matérias específicas, como em *Misoginia, transfobia e falta de dados: a equação do transfeminicídio* (Vasconcelos & Cruz, 2020) e em *Com a flexibilização, mulheres voltam a denunciar agressores no Tocantins* (Ribeiro, 2020). Sobre esse aspecto, destacamos uma fala que denuncia especialmente as nuances próprias dos riscos a que mulheres lésbicas estão submetidas, evidenciando especificidades do fenômeno da violência de gênero.

Distante a 15 quilômetros da capital Palmas, em uma chácara localizada em uma mata, veio o medo em M.S. de não ter como e nem para onde fugir caso sofresse algum tipo de ataque por lesbofobia. O alerta estava aceso e ela precisava sair dali. “Algumas falas verbais detectei que tinha um teor de violência e comecei a sentir medo. Todas nós, mulheres lésbicas, sofre-

mos e as com estereótipo masculinizado estão ainda mais vulneráveis.” Foi na Casa 8 de Março, em Palmas, que ela conseguiu o abrigo que precisava (Ribeiro, 2020).

Políticas públicas de apoio, como as casas de acolhimento podem contribuir para a mitigação de danos, mas ainda são poucos os espaços, como já citado. Os testemunhos de membros da família das vítimas se tornam centrais nas reportagens que abordam casos de feminicídio. Assim, na impossibilidade do testemunho da mulher, recorre-se a pessoas do entorno para garantir um maior grau de aproximação, fornecendo um rosto, uma história ao crime, contribuindo para a criação de uma maior familiaridade do leitor com a vítima, o que ajuda a alimentar uma indignação coletiva com relação à essa violência sistêmica. Em *Um vírus e duas guerras: SC registra um feminicídio por semana na pandemia* (Rabelo, 2020) a reportagem é construída a partir dos casos de feminicídios, apresenta fotos das mulheres assassinadas e falas de familiares e amigos.

A pandemia, que exigiu o isolamento social e fez com que as mulheres ficassem confinadas com seus próprios agressores, é um agravante presente em alguns testemunhos. O esforço diário para não se infectar tem sérios efeitos colaterais para algumas mulheres que, além de se preocuparem com o vírus, ainda enfrentam uma segunda guerra, como já sinaliza o título da série de reportagens. Essa emergência é evidenciada em algumas falas que destacamos:

“Achei que não ia resistir com os sintomas do coronavírus e as agressões. Dormia com uma faca embaixo do colchão porque tinha medo de ele agredir meus filhos para me atingir. Conte tudo à minha irmã pelo WhatsApp. Ela pegou meus documentos, fez boletim de ocorrência e no dia 8 de junho o oficial de justiça chegou pela manhã e informou que eu estava sob medida protetiva. Eu ia para o abrigo, mas não fui por causa do meu filho. Minha família alugou um apartamento e me ajuda até hoje” (Peres, 2020).

“Quando me dei conta, estava trabalhando em casa para me proteger de um vírus fatal, ainda mais porque sou grupo de risco, por ser hipertensa; e me vi dormindo com um monstro” (Melo, 2020).

Para finalizar essa seleção de relatos, mostramos um desabafo da jornalista Renata Brandão, que, ao final da reportagem, expõe os sentimentos conflituosos que vivencia durante a produção, uma vez que o tema a afeta diretamente, por ser mulher e sofrer com os riscos vivenciados no cotidiano. Essa fala evidencia ainda o importante papel das experiências dos jornalistas na

sua leitura dos problemas sociais, destacando, então, uma dimensão mediadora.

Paro de escrever o texto e avalio que preciso comprar trancas para as portas. Minha casa que moro há seis anos nunca havia sido roubada. Após a recente saída do meu ex-companheiro sofri a primeira tentativa de arrombamento. Sinto que alguém percebeu que agora moro só com o meu filho. Ou será só coincidência? Medos, que apenas uma mulher sabe o que é passar. Comecei a comentar com a vizinhança que agora meu irmão dorme aqui. Mesmo isso não sendo verdade.

Escrevo me questionando para que servem minhas palavras, se as histórias se repetem e o número de mulheres que morrem apenas por serem mulheres aumenta. [...] Se as palavras deste texto libertarem uma mulher, que seja. Como ouvir outras repartindo suas vivências e violências me libertaram, talvez essas séries de denúncias tenham um sentido (Brandão, 2020).

Tal dimensão mediadora, evidenciada pelo trecho, ocorre de forma articulada com a experiência da própria jornalista enquanto mulher. Sua experiência pessoal (e social) do gênero atravessa a percepção da emergência que ela aborda na reportagem que escreve. Não há, portanto, uma tentativa de distanciamento da realidade retratada, mas um acolhimento da potência que tal atravessamento proporciona para o fazer jornalístico: um desejo de que as palavras libertem outras mulheres.

Cabe ainda destacar que o relato da jornalista se assemelha, de certo modo, a uma sensação que nos atinge diariamente. Pesquisar violência de gênero é emocionalmente e psicologicamente exaustivo, chega a ser desesperador lidar diariamente com dados tão alarmantes de violência, bem como ler relatos como os que apresentamos aqui. Com isso, percebemos que a potência do texto testemunhal diz respeito tanto a quem produz, seja a narrativa jornalística ou a análise acadêmica, quanto a quem recebe esse material, que nos afeta, nos indigna e nos move.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que realizamos nesse trabalho, bem como os trechos de falas selecionados, não cumprem um papel de esgotar as possibilidades de análise da série. O nosso intuito é evidenciar nuances específicas acerca da abordagem dos testemunhos nas reportagens e os regimes de temporalidade presentes nesse problema que atravessa séculos. Podemos perceber que os gestos interpretativos, realizados no âmbito da

atividade jornalística ao voltar sua atenção à violência contra as mulheres, não podem descolar as violências individuais vivenciadas pelas mulheres, do caráter sistêmico, historicamente situado e social desse tipo de violência. É ao realizar o movimento de articulação entre um episódio de violência e um problema público mais amplo, que o jornalismo exerce seu papel mediador, contribuindo para a demanda por políticas públicas de enfrentamento.

Os testemunhos das mulheres abordados nas reportagens tensionam esse problema social e fornecem enquadramentos para a compreensão da violência contra as mulheres. Desse modo, vemos o jornalismo exercer seu papel mediador ao articular dados, relatos e análises nessa cobertura, retirando os casos de violência de uma dimensão episódica presentista e ampliando o olhar para os atravessamentos de raça e classe, além de trazer à tona outras articulações desse problema, como com a religião, o conservadorismo e o machismo, por exemplo.

Consideramos também que as informações disponíveis têm o papel de fomentar o debate e implicar as pessoas, com o potencial objetivo de promover mudanças. Por isso, as entrevistadas, ao trazerem novos elementos em seus depoimentos, contribuem para a produção de dados até então desconsiderados tanto pelo Estado quanto pelas organizações que trabalham especialmente com esse tema. O testemunho aqui não cumpre um papel de individualizar a violência, mas, pelo contrário, de coletivizá-la e inseri-la em um *continuum* histórico marcado por recorrências, rupturas, lógicas específicas de poder, como é o caso da colonialidade. Ao demonstrar que os relatos são semelhantes, que os ciclos se repetem, que há uma estrutura hierárquica de poder que alimenta esses crimes, que as singularidades do contexto brasileiro devem ser observadas, as falas que destacamos complexificam o fenômeno.

Embora o jornalismo, de modo geral, ainda siga posições coadunadas com valores hegemônicos e tenha como referência uma lógica masculinista, é inegável que novos arranjos produtivos, como os aqui apresentados, ensejam a circulação de outras formas narrativas, em que fontes/personagens muitas vezes invisibilizadas pelos veículos do circuito *mainstream*, tanto pelo lugar que ocupam, quanto pela perspectiva centrada em dados que eles propugnam, podem contribuir para trazer novos modos de abordagem da realidade. Além disso, verificamos que a imensa maioria das matérias apresenta mulheres como fontes e é assinada por mulheres jornalistas, situação não muito usual da cobertura jornalística. A pressão exercida por jornalistas mulheres nas redações, ao propor pautas e questionar abordagens problemáticas, também pode ser citada como um dos importantes movimentos da abordagem midiática da violência contra as mulheres.

Se os estudos decoloniais denunciam as lógicas de produção de saber, permeadas pelas lógicas de poder, que contribuem para perpetuar visões dicotômicas da realidade, é preciso que essa denúncia alcance as narrativas jornalísticas. Sendo assim, torna-se necessário questionar a limitação de fenômenos complexos a dados estatísticos e vítimas sem rosto e sem história, em um exercício de objetificação da realidade que mira em um relato distanciado das coisas como “elas são”, mas acerta em um reducionismo presentista problemático. Consideramos ainda relevante reafirmar que o “texto testemunhal” nos permite entrever a força evidente do patriarcado em nossa sociedade, ao agenciar leitor/a, produtor/a e texto em um movimento interativo que nos aproxima dos acontecimentos, garantindo assim o nosso acesso ao mundo e a nós mesmos.

Soumis le 30-11-2021
Accepté le 05-10-2022

NOTES

^{1.} “the advent and expansion of those media do seem to have substantially augmented, if not transformed, what it means to witness”.

^{2.} “cannot not produce witnesses”.

^{3.} “It refers simultaneously to the appearance of witnesses in media reports, the possibility of media themselves bearing witness, and the positioning of media audiences as witnesses to depicted events”.

^{4.} No original: “It is the witnessing text which creates presence at the event, which produces experience out of discourse”.

^{5.} Atualmente, somente seis capitais oferecem espaços de moradia provisória para as mulheres em situação de violência: Curitiba, São Paulo, Campo Grande, Fortaleza, São Luís e Boa Vista.

^{6.} Muitas reportagens apresentam nomes fictícios para as vítimas, que reproduzimos aqui.

REFERÊNCIAS

- Antunes, E., Carvalho, C. A., & Leal, B. S. (2020). *Narrativas de um problema cotidiano: o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG.
- Arini, J. (2020, 18 de junho). Mato Grosso tem alta de feminicídios na quarentena. *Amazônia Real*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br/mato-grosso-tem-alta-de-feminicidios-na-quarentena/>.
- Brandão, R. (2020, 8 de outubro). Pará é líder em feminicídios durante o isolamento da pandemia. *Amazônia Real*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br/para-e-lider-em-feminicidios-durante-o-isolamento-da-pandemia/>.
- Brasil, K. & Ambrozio, N. (2020, 18 de junho). Um vírus e duas guerras: “Na pandemia a mulher está em casa à disposição do agressor”, diz feminista do Amazonas. *Amazônia Real*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br/um-virus-e-duas-guerras-na-pandemia-a-mulher-esta-em-casa-a-disposicao-do-agressor-diz-feminista-do-amazonas/>.
- Crispim, M. (2020, 18 de junho). Feminicídios aumentam no nordeste durante a pandemia. *Eco Nordeste*. Recuperado de <https://agenciaeconordeste.com.br/feminicidios-aumentam-no-nordeste-durante-a-pandemia/>.
- Fíguro, R. (Org.), (2018). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. São Paulo: ECA - USP.
- França, V. (2011). O crime e o trabalho de individualização do acontecimento no espaço midiático, *Caleidoscópio*, 10, 59-72. Lisboa. Recuperado de <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/6052>
- Frosh, P. (2009). Telling Presences: Witnessing, mass media, and the imagined lives of strangers. In P. Frosh, & A. Pinchevski (Orgs.). *Media witnessing*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Frosh, P. & Pinchevski, A. (2009) Introduction. In P. Frosh, & A. Pinchevski (Orgs.). *Media witnessing*, 01-19. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. In *Tabula Rasa*, 9, 73-101. Recuperado de <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>
- Melo, L. (2020, 18 de junho). “Me vi dormindo com um monstro”, relata vítima de violência doméstica que foi ameaçada com álcool em gel. *Ponte*. Recuperado de <https://ponte.org/me-vi-dormindo-com-um-monstro-relata-vitima-de-violencia-domestica-ameacada-com-alcool-em-gel/>
- Melo, L. (2020, 8 de outubro) Nas favelas do Rio de Janeiro violência doméstica é silenciada. *Projeto Colabora*. Recuperado de <https://projetcolabora.com.br/ods5/nas-favelas-do-rio-de-janeiro-violencia-domestica-e-silenciada/>.
- Neveu, E. (1999). L’approche constructiviste des “problèmes publics”. Un aperçu des travaux anglo-saxons, *Études de communication* [on line], 22, 41-58. Recuperado de <http://journals.openedition.org/edc/2342>.
- Peres, Y. (2020, 8 de outubro). A liberdade que chegou com a pandemia no Piauí. *Eco Nordeste*. Recuperado de <https://agenciaeconordeste.com.br/a-liberdade-que-chegou-com-a-pandemia-no-piaui/>.
- Peres, Y. (2020, 8 de outubro). Defensoras também são alvo no Maranhão e no Piauí. *Eco Nordeste*. Recuperado de <https://agenciaeconordeste.com.br/defensoras-tambem-sao-alvo-no-maranhao-e-no-piaui/>.
- Quijano, A. (2005). A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 107-130. Recuperado de: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>
- Rabelo, J. (2020, 8 de outubro). Um vírus e duas guerras: SC registra um feminicídio por semana na pandemia. *Catarinas*. Recuperado de <https://catarinas.info/um-virus-e-duas-guerras-sc-registra-um-feminicidio-por-semana-na-pandemia/>.
- Reading, A. (2014). The journalist as memory assembler: non-memory, the war on terror and the shooting of Osama Bin Laden. *Journalism and Memory*. New York: Palgrave Macmillan UK, p. 164-178.
- Ribeiro, M. F. (2020, 8 de outubro). Flexibilização, mulheres voltam a denunciar agressores no Tocantins. *Amazônia Real*. Recuperado de <https://amazoniareal.com.br/com-a-flexibilizacao-mulheres-voltam-a-denunciar-agressores-no-tocantins-%EF%BB%BF/>.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Santana, J. (2020). *Relatório: Um Vírus, Duas Guerras - Soluções e boas práticas na coleta e divulgação de dados sobre violência contra a mulher na pandemia*. Recuperado de <https://azmina.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relat%C3%B3rio-Um-v%C3%ADrus-e-duas-guerras-2.pdf>.
- Serafim, R. (2020, 8 de outubro). Dificuldade de se desligar do agressor no Ceará. *Eco Nordeste*. Recuperado de <https://agenciaeconordeste.com.br/dificuldade-de-se-desligar-do-agressor-no-ceara/>.
- Suarez, J. (2020, 8 de outubro). Atendimento por Whatsapp mudou perfil de vítimas. *Marco Zero*. Recuperado de <https://marcozero.org/atendimento-por-mensagem-de-celular-mudou-perfil-de-vitimas/>.
- Vasconcelos, C. & Cruz, M. T. (2020, 8 de outubro). Misoginia, transfobia e falta de dados: a equação do trans-feminicídio. *Ponte*. Recuperado de <https://ponte.org/misoginia-transfobia-e-falta-de-dados-a-equacao-do-trans-feminicidio/>.



A potência mediadora do testemunho

The mediating power of testimony in the construction of journalistic accounts of violence against women in the show *A Virus and Two Wars*

La puissance médiatrice du témoignage dans la configuration des récits journalistiques sur la violence envers les femmes dans la série *Un virus et deux guerres*

Pt. O trabalho aborda o papel do testemunho em narrativas de violência contra as mulheres em todo território nacional. Ao entender que tal violência se constitui de forma sistêmica e está intimamente vinculada às hierarquias de poder de caráter patriarcal arraigadas na sociedade, e que precisam ser denunciadas para que o futuro possa ser vislumbrado de outra maneira, realizamos uma leitura de várias reportagens que trazem a cobertura dessa violência em 2020. A série, denominada *Um vírus e duas guerras*, foi veiculada a partir de uma espécie de consórcio, formado por sete mídias parceiras, que atuam fora do circuito mainstream do jornalismo: Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas, Ponte Jornalismo, AzMina e Marco Zero Conteúdo. Tendo como eixo de discussão o “texto testemunhal” (Frosh, 2009), temos como objetivo compreender, a partir das falas das vítimas, profissionais de apoio, familiares e dos próprios jornalistas, os modos como as lógicas patriarcais e as nuances específicas do contexto brasileiro emergem de forma a complexificar esse problema público, evidenciando uma prática jornalística menos afeita a uma perspectiva presentista, além de revelar a relevância do testemunho no jornalismo. Compreendemos, portanto, a potência do aspecto testemunhal nas produções sobre violência como um importante gesto interpretativo que permite que um episódio temporalmente localizado de violência se insira em um continuum de permanências e rupturas. É exatamente esse continuum que configura a dimensão estrutural da violência de gênero. Nessa perspectiva, entendemos que o testemunho midiático amplia a noção de testemunho no jornalismo ao envolver produtores e receptores em uma experiência comunicacional que garante outros tipos de acesso ao que está sendo noticiado. Consideramos ainda que é possível complementar os dados e informações disponíveis com os testemunhos de quem convive e/ou conviveu com a violência de forma direta ou indireta, garantindo, assim, a identificação das recorrências e dos ciclos que se repetem, o que pode contribuir para fomentar a discussão sobre políticas públicas de prevenção à violência contra as mulheres no Brasil.

Palavras-chave: violência de gênero; testemunho; decolonialidade

En. This article discusses the role of testimony in narratives of violence against women in Brazil. Several reports on gender-based violence in 2020 have been contextualized on the premise that gender-based violence is systemic. Intimately linked to patriarchal power hierarchies embedded in society, this violence must be denounced in order to envision a different future. The show *A Virus and Two Wars* was analyzed: it was broadcasted by a consortium of seven partner media outlets operating outside mainstream journalism circuits: Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas, Ponte Jornalismo, AzMina and Marco Zero Content. Drawing from the concept of “testimonial text” (Frosh, 2009) and based on the testimonies of victims, welfare professionals, family members and journalists themselves, we sought to understand the ways in which patriarchal rationales and dynamics specific to the Brazilian context emerge from these accounts, complexifying the public issue. Our approach highlights, on the one hand, a journalistic praxis that is not very “present”, and on the other hand, the importance of personal testimony in journalism. Testimony in works about violence is powerful. It is therefore considered to be an important interpretative gesture that allows to embed an

episode of violence that is situated in time in a continuum of permanencies and disruptions that shapes the structural dimension of gender-based violence. In this light, testimony in the media appears to broaden the notion of testimony in journalism as it engages transmitters and receivers in a communicative experience capable of fostering deeper forms of access to the topic of the report. Furthermore, combining the available data and information with the testimonies of those who directly or indirectly experience and/or have experienced violence, would allow to identify recurring patterns and cycles, which could contribute to the debate on public policies for the prevention of gender-based violence in Brazil.

Keywords: Gender-based violence; testimony; decoloniality

Fr. Cet article traite du rôle du témoignage dans les récits de violence à l'égard des femmes au Brésil. Plusieurs reportages rendant compte de cette violence en 2020 ont été mis en perspective à partir du présupposé que cette violence se constitue de manière systémique. Étroitement liée aux hiérarchies de pouvoir de nature patriarcale ancrées dans la société, ces violences doivent être dénoncées pour que l'on puisse entrevoir un avenir différent. La série ayant fait l'objet de l'analyse, intitulée *Un virus et deux guerres*, a été diffusée par un consortium formé par sept médias partenaires, qui opèrent en dehors du circuit du journalisme *mainstream*, à savoir, Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas, Ponte Jornalismo, AzMina et Marco Zero Content. Partant du concept de « texte testimonial » (Frosh, 2009), nous avons cherché à comprendre, à partir des témoignages des victimes, des professionnels de l'assistance, des membres de la famille et des journalistes eux-mêmes, les façons dont les logiques patriarcales et les nuances spécifiques au contexte brésilien émergent de ces propos, qui complexifient ce problème public. Notre approche révèle, d'une part, une pratique journalistique peu « présentiste », et d'autre part, le poids du témoignage dans le journalisme. Le témoignage dans les productions sur la violence, par sa puissance, est ainsi perçu comme un geste interprétatif important qui permet d'insérer un épisode de violence situé dans le temps dans un continuum de permanences et de ruptures qui configure la dimension structurelle de la violence de genre. Dans cette optique, le témoignage médiatique semble élargir la notion de témoignage dans le journalisme car il implique les producteurs et les récepteurs dans une expérience communicationnelle capable de favoriser d'autres accès à ce qui est rapporté. Par ailleurs, il conviendrait d'associer aux données et aux informations disponibles les témoignages de ceux qui vivent et/ou ont vécu la violence directement ou indirectement, de façon à identifier des récurrences et des cycles, ce qui peut contribuer à alimenter le débat sur les politiques publiques de prévention de la violence envers les femmes au Brésil.

Mots-clés : violence de genre ; témoignage ; décolonialité

